

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE
SÃO PAULO - CAASP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Caixa de assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP ("Entidade" ou "CAASP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Receitas Estatutárias a Receber

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a qual refere-se as receitas estatutárias a receber de acordo com o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de dívida entre a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP) e a CAASP no montante de R\$ 34.515 mil em 31 de dezembro de 2018, cujo prazo e forma de recebimento depende de entendimento entre OAB/SP e CAASP. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017 foram por nós auditadas e emitimos relatório de auditoria em 6 de junho de 2018, sem ressalva, com ênfase sobre o mesmo assunto comentado na seção intitulada "Ênfase".

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

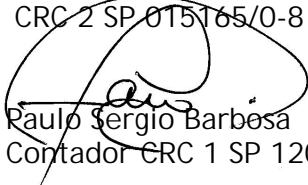


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de junho de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8



Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/0-8

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.202	22.446	Fornecedores	10	10.578	11.626
Contas a receber usuários e outros recebíveis	5	31.944	30.546	Obrigações trabalhistas	11	6.257	5.768
Estoques	6	12.923	12.926	Obrigações Tributárias	12	727	678
Outros créditos	7	2.519	2.130			17.562	18.072
		<u>74.588</u>	<u>68.048</u>				
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Receitas estatutárias a receber	8	34.515	35.700	Contribuições Estaturárias	13	-	2.184
Créditos a recuperar		1.247	1.227	Provisão para contingências	14	471	1.281
Imobilizado	9	6.232	6.987	Obrigações tributárias	12	142	367
		<u>41.994</u>	<u>43.914</u>			<u>613</u>	<u>3.832</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	15	90.058	88.450
				Superávit/(déficit) acumulado	15	8.349	1.608
						<u>98.407</u>	<u>90.058</u>
Total do Ativo		<u><u>116.582</u></u>	<u><u>111.962</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>116.582</u></u>	<u><u>111.962</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Notas	2018	2017
Receitas Estatutárias	16	55.715	51.963
(=) Total Receitas Estatutárias		<u>55.715</u>	<u>51.963</u>
Receitas Extraordinárias - vendas e serviços			
Receitas de vendas e serviços	17	107.014	109.956
(-) Custo com serviços	17	(103.998)	(106.220)
(=) Resultado Líquido com vendas e serviços		<u>3.016</u>	<u>3.736</u>
Parcerias e Patrocínios	18	21.164	23.324
Outras Receitas	19	596	505
(=) Outras receitas operacionais		<u>21.760</u>	<u>23.829</u>
(=) Resultado Operacional Bruto		<u>80.491</u>	<u>79.528</u>
Pessoal e Encargos Sociais	20	(50.451)	(52.845)
Despesas Operacionais	21	(14.157)	(12.802)
Despesas com benefícios	22	(6.617)	(11.413)
Outras despesas	23	(1.376)	(1.276)
		<u>(72.601)</u>	<u>(78.336)</u>
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>7.890</u>	<u>1.192</u>
Receitas Financeiras		3.310	3.140
Despesas Financeiras		(2.851)	(2.724)
Receitas Financeiras Líquidas	24	<u>459</u>	<u>416</u>
(=) Superávit do exercício		<u>8.349</u>	<u>1.608</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Capital social	Superávit/(déficit) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	94.983	(6.533)	88.450
Transferência para patrimônio	(6.533)	6.533	-
Superávit do exercício	-	1.608	1.608
Em 31 de dezembro de 2017	88.450	1.608	90.058
Absorção de déficits	1.608	(1.608)	-
Superávit do exercício	-	8.349	8.349
Em 31 de dezembro de 2018	90.058	8.349	98.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	2018	2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	8.349	1.607
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	1.086	799
Baixas do Imobilizado	309	638
Contribuições Estatutárias	(2.184)	(414)
Provisão para contingências	(810)	(220)
	<u>6.750</u>	<u>2.410</u>
Aumento/(redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber usuários e outros recebíveis	(622)	(998)
Estoques	3	(177)
Fornecedores	(1.048)	4.464
Obrigações trabalhistas	489	(471)
Obrigações Tributárias	(176)	(574)
	<u>5.396</u>	<u>4.654</u>
Fundo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(640)	(320)
Caixa líquido consumido das atividades de investimento	<u>(640)</u>	<u>(320)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.756</u>	<u>4.334</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	22.446	18.112
No final do exercício	27.202	22.446
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.756</u>	<u>4.334</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

1. Contexto operacional

A Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, CAASP (“Entidade” ou “CAASP”), foi constituída por deliberação do Conselho Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, em Sessão de 03 de fevereiro de 1936, nos termos do correspondente Regimento e, oficializada pelo Decreto-Lei 4563 de 11 de agosto de 1942, regulamentado pelo Decreto 11051 de 08 de dezembro de 1942. É regida pela citada legislação federal, mormente pelo artigo 62 e parágrafos da lei 8906 de 04 de julho de 1994, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e pelas demais normas pertinentes.

A CAASP, com sede própria na cidade de São Paulo, é uma Entidade com personalidade jurídica própria constituída com a finalidade de prestar serviços, benefícios e assistência social aos advogados, estagiários e seus dependentes inscritos na OAB-SP e em dia com suas anuidades.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Institutos sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Institutos sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/ITG2002(R1), e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das gratuidades e os instrumentos financeiros que estão apresentados pelo valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

A emissão das demonstrações contábeis foi apresentada para Diretoria em 27 de maio de 2019.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, com possibilidade de resgate imediato, de alta liquidez, com insignificantes riscos de mudanças e perdas e classificados como de curto prazo pela intenção da administração de mantê-los para negociação.

3.2. Contas a receber de usuários, outros recebíveis e receitas estatutárias a receber

As contas a receber de usuários ou clientes são reconhecidas pelo valor da transação. Representam estimativas de recebimento de repasses de anuidades a título de Contribuição Estatutária da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de São Paulo, de vendas a crédito de serviços a usuários, de auxílios concedidos em caráter reembolsável a usuários, de créditos com fornecedores referentes a devoluções de compras, prêmio de seguros, de valores a receber de parcerias contratuais de assistência médica, de créditos subjudice, caucionados e compensatórios passíveis de recuperação, além de obrigações trabalhistas que, apesar de antecipadas neste exercício, suas proporcionalidades e competências se estendem ao exercício seguinte.

Quando aplicável, as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes.

3.3. Estoques

Os valores de estoques e almoxarifado estão avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e seu valor recuperável e líquido para realização na data do balanço, em casos de perdas e desvalorização, seus efeitos são considerados e reconhecidos no resultado do exercício.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo, quando aplicável, custos de financiamentos.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada e apresentada na nota explicativa Nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "ganhos ou perdas com imobilizado" na demonstração do resultado.

Os veículos registrados no ativo imobilizado estão segurados. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

3.5. Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e não financeiros

A redução do valor recuperável dos ativos ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Entidade não tem conhecimento de quaisquer eventos relevantes que pudessem afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em seus ativos.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar e fornecedores são reconhecidas pelo custo amortizado.

3.7. Provisões e Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento ou variação que ocorrer no valor da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido diretamente em conta de resultado no exercício.

3.8. Apuração do superávit/(déficit) do exercício

A cada final de exercício, o superávit/déficit anterior é transferido para a conta de Patrimônio, dessa forma, este último representa o valor acumulado dos resultados apurados anualmente, inclusive do último exercício de 2018, e estão demonstrados no quadro de Mutações do Patrimônio Líquido.

3.9. Reconhecimento da receita

A CAASP efetua o reconhecimento das receitas estatutárias, parcerias e operacionais por regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor dos cupons fiscais e recibos emitidos e a receita é reconhecida quando da mercadoria ou serviço entregue ao usuário. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança. A Entidade opera com venda de medicamentos e livros, além de serviços de odontologia e rede médica. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito e débito, boletos bancários ou através de descontos em folha de pagamento para o caso de vendas a funcionários da própria entidade e da OAB/SP.

3.10. Receita e despesa financeira

A receita e despesa financeira são reconhecidas, quando aplicável, com base no método de taxa de juros efetiva.

3.11. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Entidade faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão demonstradas pelas perdas estimada com crédito de liquidação duvidosa (nota 5), depreciação do imobilizado (nota 9) e pelas provisões citada na Nota 12.

3.12. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2016 - Entidades sem finalidade de lucro, a partir do exercício de 2013 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e despesas com trabalhos voluntários não estão sendo apresentados, conforme Nota Explicativa N° 26.

3.13. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente. Em 2018 e 2017 foram considerados como sendo irrelevantes os efeitos destas avaliações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de Caixa e equivalentes de caixa estão apresentados abaixo:

	2018	2017
Caixa e contas correntes	370	387
Certificado de depósito bancário	26.832	22.059
	<u>27.202</u>	<u>22.446</u>

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os Certificados de Depósito Bancário são lastreados em DI, os quais a remuneração varia entre 95% a 99% do CDI. Os rendimentos líquidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram R\$ 1.702 (2017 R\$ 2.131), registrados na conta "Rendimentos de Aplicações Financeiras", demonstrado na Nota 23.

5. Contas a receber de usuários e outros recebíveis

Os valores de Contas a receber e outros recebíveis estão assim distribuídos:

	2018	2017
Contribuição Estatutária (a)	20.732	19.372
Serviços e Benefícios Reembolsáveis (b)	11.212	11.174
	31.944	30.546

- (a) Os valores registrados em ativo circulante como "Contribuições Estatutárias" referem-se ao repasse de 20% sobre os valores a receber de anuidades dos advogados, pela OAB/SP à CAASP baseados em estimativas realizadas pela OAB/SP.

A OAB/SP realiza anualmente ajustes e revisões das estimativas com perdas para créditos de liquidação duvidosa das Contribuições Estatutárias a Receber de Exercícios Anteriores. No exercício de 2018 tais ajustes corresponderam a R\$ 389 (R\$ 802 em 2017), que refletiram nos saldos dos repasses à CAASP contabilizados como ativos de "Provisões de Contribuições Estatutárias" em contrapartida das "Receitas de Contribuições Estatutárias Exercícios Anteriores".

Por acordo entre as diretorias da OAB/SP e da Caasp, com base no Artigo 57, do Regulamento do Estatuto da Advocacia da OAB, parágrafo 1º, foram deduzidas do valor dos repasses de Contribuições Estatutárias pela primeira entidade, despesas administrativas, pessoal, manutenção, serviços e eventos institucionais realizados no decorrer do exercício de 2018 no total de R\$ 5.168 (R\$ 2.771 em 2017).

Dessa maneira, o saldo da rubrica Contribuição Estatutária em 31 de dezembro de 2018 está assim composto:

	2018	2017
Contribuição Estatutária do Exercício	676	-
Estimativa da Contribuição Estatutária 2012	-	218
Estimativa da Contribuição Estatutária 2013	274	882
Estimativa da Contribuição Estatutária 2014	939	1.741
Estimativa da Contribuição Estatutária 2015	1.735	2.520
Estimativa da Contribuição Estatutária 2016	2.665	4.651
Estimativa da Contribuição Estatutária 2017	5.156	9.360
Estimativa da Contribuição Estatutária 2018	9.287	-
	20.732	19.372

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(b) Os créditos a receber referentes aos serviços e benefícios estão assim distribuídos

	2018	2017
Cheques	60	69
Cartões (*)	10.742	10.690
Convênios	148	101
Boletos Bancários	261	313
Outros	1	1
	<u>11.212</u>	<u>11.174</u>

(*) Os valores a receber junto as Administradoras de Cartões estão provisionados com expectativa de recebimento nos cinco primeiros meses do exercício seguinte, pelo limite máximo de parcelas praticado pela entidade para venda de produtos e serviços, tendo a expectativa de seus vencimentos estabelecidos da seguinte forma:

	2018	2017
Janeiro	5.646	5.720
Fevereiro	2.356	2.291
Março	1.451	1.401
Abril	922	901
Maior	367	377
	<u>10.742</u>	<u>10.690</u>

6. Estoques

	2018	2017
Estoques de farmácias	9.995	9.429
Estoques de livrarias	2.690	3.275
Material de consumo - promocional	238	222
	<u>12.923</u>	<u>12.926</u>

O custo dos estoques reconhecidos (custos de mercadorias vendidas) no resultado do exercício está demonstrado na Nota Explicativa 17.

7. Outros créditos

	2018	2017
Creditos com Fornecedores	627	368
Adiantamentos e Despesas Antecipadas	1.587	1.409
Créditos com Parcerias	200	273
Outros	105	80
	<u>2.519</u>	<u>2.130</u>

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Receitas Estatutárias a Receber

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 34.515 (R\$ 35.700 em 2017) é o resultado da soma do valor do Contrato de Mútuo e sua respectiva atualização, a receber da OAB-SP, está suportado por Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida datada de 23 de setembro de 2003, renovado por Instrumento Particular de Aditivo de Contrato Mútuo firmado em 07 de fevereiro de 2018, sendo o respectivo montante corrigido mensalmente conforme índice IPC-FIPE.

Nesse contexto, o valor da correção do respectivo contrato no exercício de 2018 foi de R\$ 1.067 (2017 R\$ 803), registrado na rubrica Contribuição Estatutária OAB/SP da Demonstração do Resultado (Nota 16).

9. Imobilizado

	% Depr Ao ano	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis e edificações	4%	3.836	(3.242)	594	737
Terrenos	-	882	-	882	882
Veículos	20%	529	(273)	256	180
Móveis e utensílios	10%	3.818	(2.592)	1.226	1.333
Instalações	10%	1.958	(1.619)	339	391
Instalações telefônicas	10%	247	(211)	36	45
Máquinas e equipamentos	10%	1.747	(1.360)	387	449
Equipamentos e sistemas de informática	20%	6.179	(5.313)	866	1.091
Benfeitorias	4%	5.919	(4.273)	1.646	1.879
		<u>25.115</u>	<u>(18.883)</u>	<u>6.232</u>	<u>6.987</u>

As movimentações de Ativo Imobilizado estão assim representadas:

	2017	Acréscimos	Baixas	Depreciação	2018
Imóveis e edificações	737	-	-	(143)	594
Terrenos	882	-	-	-	882
Veículos	180	193	(33)	(84)	256
Móveis e utensílios	1.333	144	(121)	(130)	1.226
Instalações	391	-	(9)	(43)	339
Instalações telefônicas	45	2	(6)	(5)	36
Máquinas e equipamentos	449	21	(49)	(34)	387
Equipamentos e sistemas de informática	1.091	280	(91)	(414)	866
Benfeitorias	1.879	-	-	(233)	1.646
	<u>6.987</u>	<u>640</u>	<u>(309)</u>	<u>(1.086)</u>	<u>6.232</u>

10. Fornecedores

O saldo da conta de Fornecedores refere-se principalmente à aquisição de produtos comercializados nas farmácias e livrarias da Entidade.

11. Obrigações Trabalhistas

As provisões trabalhistas levam em consideração o direito adquirido pelos funcionários no que diz respeito a férias vencidas e proporcionais, bem como, os respectivos encargos incidentes.

A CAASP, por ser um órgão da Ordem dos Advogados do Brasil, goza de imunidade tributária em relação a seus bens, rendas e serviços conforme parágrafo 5º do Artigo 45 da Lei Federal 8906/94 de 4 de julho de 1994. Os valores constantes nessa rubrica no passivo circulante, portanto, referem-se a retenções na fonte e à cota patronal da folha de salários e demais encargos trabalhistas (FGTS - PIS Folha - Outros).

Em 2018, com as mudanças implementadas pelo eSocial houve alteração na data do pagamento dos salários que deixaram de ser pagos dentro do mês, passando para o 5º dia útil.

	2018	2017
Salários	735	-
Provisão de férias	3.777	4.185
Encargos	1.745	1.583
	<u>6.257</u>	<u>5.768</u>

12. Obrigações tributárias

O saldo de R\$ 727 em 2018 (R\$ 678 em 2017) representa parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos - ITBI junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, saldo junto à OAB/SP de repasses a maior realizados no exercício e provisões de menor relevância referentes pagamentos de auxílios e serviços junto ao usuário.

O Saldo de R\$ 142 em 2018 (R\$ 367 em 2017) da Rubrica de Impostos e Parcelamentos a pagar, representa valores das parcelas a vencer em Longo Prazo do parcelamento (PPI) junto à Prefeitura Municipal de São Paulo referente à Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos - ITBI.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Parcelamentos PMS (IPTU e ITBI)	490	458
Compensações e adiantamento de benefícios e serviços	237	220
Total obrigações tributárias circulante	<u>727</u>	<u>678</u>
PPI	142	367
Total obrigações tributárias não circulante	<u>142</u>	<u>367</u>

13. Contribuição Estatutária

Trata-se de contribuições antecipadas, anuidades ou estatutárias, recebidas dos advogados contribuintes da entidade, cuja contrapartida ocorrerá à longo prazo. Em 2018 não houve ocorrências dessa natureza.

14. Provisão para contingencias

A Entidade tem passivos relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal das suas atividades, não sendo esperada nenhuma exigibilidade além daquelas provisionadas. Os valores de Provisão para Causas Trabalhistas totalizam R\$ 471 em 2018 (R\$ 1.281 em 2017), representando provisões de passivo trabalhista decorrentes de perdas prováveis de ações subjudice de funcionários e terceirizados contra a Entidade. As causas com possibilidade de perda possível somam R\$ 376 em 2018 (R\$ 1.168 em 2017).

Essa rubrica tem seu saldo reavaliado anualmente pelos consultores jurídicos de acordo com as expectativas e andamento dos processos.

Saldo no início do exercício	<u>1.281</u>
(-) Realização de provisão	(810)
Saldo no final do exercício	<u><u>471</u></u>

15. Patrimônio Social

O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente e destinados à manutenção do seu objeto social.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receitas estatutárias

	2018	2017
Contribuição estatutária OAB / SP	53.846	50.028
Correção monetária contrato mútuo	1.067	803
Notas débito OAB / SP	120	60
Contribuição estatutária exercícios anteriores (estornos)	389	802
Outras receitas estatutárias	293	270
	<u>55.715</u>	<u>51.963</u>

17. Receitas de Vendas e Serviços

	2018	2017
Receitas - Farmácias e Livrarias	96.585	100.188
Receitas - Odontologia	5.027	4.612
Receitas - Convênios Médicos	5.036	4.819
Receitas - Clube de Serviços	329	309
Receitas - Esporte e Lazer	37	28
	<u>107.014</u>	<u>109.956</u>

	2018	2017
(-) Custos Farmácias e Livrarias	(95.660)	(98.348)
(-) Custos - Odontologia	(1.412)	(1.358)
(-) Custos - Convênios Médicos	(6.926)	(6.514)
	<u>(103.998)</u>	<u>(106.220)</u>

18. Parcerias e Patrocínios

	2018	2017
Sistema de saúde	19.592	21.590
Seguros	1.045	988
Patrocínios e eventos	505	515
Outras parcerias	22	231
	<u>21.164</u>	<u>23.324</u>

19. Outras receitas

O valor de Outras Receitas demonstrado na Nota é composto em quase sua totalidade por recuperação de despesas com vendas de produtos e serviços e reversões de provisões realizadas no exercício de 2018.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Recuperação de despesas e taxas	406	299
Doações, bonificações e imobilizado	170	94
Receitas eventuais diversas	20	112
	<u>596</u>	<u>505</u>

20. Despesas com pessoal e encargos sociais

	2018	2017
Salários		
Ordenados	(24.908)	(25.473)
13º, Férias e Abono Pec	(5.341)	(5.533)
Horas Extras	(280)	(312)
Indenização Avis o Prévio	(129)	(541)
Prêmios e Gratificações	(101)	(84)
Adicional Noturno	(36)	(37)
	<u>(30.795)</u>	<u>(31.980)</u>
Encargos Sociais		
Inss	(7.149)	(7.123)
Fgts	(2.671)	(3.533)
Pis	(312)	(319)
	<u>(10.132)</u>	<u>(10.975)</u>
Benefícios		
Vale Transporte	(688)	(699)
Vale Refeição	(3.452)	(3.315)
Assistência Médica	(5.186)	(5.080)
Seguros / Creche / Auxílios	(144)	(143)
	<u>(9.470)</u>	<u>(9.237)</u>
Outras Despesas de Pessoal		
PCMSO / PPRA	(103)	(100)
Estagiários	(118)	(124)
Autônomos	(65)	(116)
Treinamentos	(19)	(15)
Processos Trabalhistas	542	(16)
Aprendizes	(283)	(282)
Reembolsos	(8)	-
	<u>(54)</u>	<u>(653)</u>
	<u>(50.451)</u>	<u>(52.845)</u>

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - CAASP

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Despesas operacionais

	2018	2017
Ocupações	(1.591)	(1.709)
Utilidades e Serviços	(1.580)	(1.737)
Contribuições	(85)	(76)
Materiais	(1.319)	(1.369)
Serviços Terceiros	(3.318)	(3.122)
Alimentação	(200)	(223)
Veículos Próprios	(222)	(235)
Viagens e Locomoções	(269)	(313)
Comunicação	(721)	(886)
Depreciação	(1.345)	(1.372)
Reuniões e Outros Eventos	(3.406)	(1.646)
Tributárias	(36)	(64)
Estatutárias	(65)	(50)
	<u>(14.157)</u>	<u>(12.802)</u>

22. Despesas com benefícios

Por decisão da diretoria, a partir de fevereiro de 2018 a carteira de seguro de vida dos advogados foi descontinuada. O benefício passou a ser concedido aos usuários comprovadamente carentes através de processos protocolados pelos interessados junto ao departamento de benefícios da entidade.

	2018	2017
Auxílios	(5.788)	(5.256)
Seguro de vida e 0800 emergências	(396)	(5.097)
Transporte, ambulâncias e remoções	(433)	(1.060)
	<u>(6.617)</u>	<u>(11.413)</u>

23. Outras despesas

O valor de Outras Despesas representa, em quase sua totalidade, à participação da CAASP em despesas administrativas e de manutenção das subseções da OAB/SP, participação essa acordada entre as diretorias das duas entidades.

	2018	2017
Participação de despesas em comum OAB SP	(1.351)	(1.219)
Outras	(25)	(57)
	<u>(1.376)</u>	<u>(1.276)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(155)	(109)
Taxas de administração de cartões	(2.696)	(2.615)
	<u>(2.851)</u>	<u>(2.724)</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.593	990
Receitas sobre aplicações financeiras	1.702	2.131
Multas e juros de mora	15	19
	<u>3.310</u>	<u>3.140</u>
	<u>459</u>	<u>416</u>

25. A Diretoria

A CAASP é administrada por uma Diretoria composta por presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro, secretário-geral adjunto, diretor da Área Médica, diretor da Área Odontológica, diretor de Serviços ao Advogado e diretores executivos, eleita na segunda quinzena do mês de novembro do último ano de mandato, juntamente com os membros do Conselho Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, por cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos. Os diretores não recebem nenhum tipo de remuneração no exercício de suas atividades pela Entidade.

26. Trabalho voluntário

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2013 aprovando a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela CAASP.

A mensuração do trabalho voluntário foi efetuada com base nos valores praticados por profissionais, com base na tabela de salários de advogados divulgada pelo Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo. Os valores na data base de 31 de dezembro de 2018 foram considerados irrelevantes para fins das Demonstrações Contábeis (custo anual estimado R\$ 151 em 2018 e R\$ 146 em 2017).

27. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da CAASP, desde que atendidas as demais condições legais.

A CAASP é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, desta forma, possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades estatutárias da CAASP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Instituição.

Braz Martins Neto
Diretor Presidente

Arnor Gomes da Silva Júnior
Diretor Vice Presidente

Rodrigo Ferreira de Souza de Figueiredo Lyra
Diretor Secretário Geral

Jorge Eluf Neto
Diretor Tesoureiro

Alexandre Ogusuku
Diretor Secretário Geral Adjunto

Luiz Carlos Polizelli
CRC 1SP 136062/O-8

Fabiano Rodrigues Távora
CRC 1SP 204059/O-5

Francisco Nilton Alves Pinho
CRC SP 158407/O-4



PARECER
COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E CONTAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CAASP/SP
EXERCÍCIO FISCAL ENCERRADO EM 31/12/2018

A **Comissão Permanente de Orçamento e Contas** reuniu-se em 13 de agosto de 2019, com a presença de seus membros efetivos, Dras. **Diva Gonçalves Zitto M. de Oliveira**, **Liamara Borrelli Barros**, **Renata Lorenzetti Garrido**, Drs. **Leandro Ricardo da Silva**, **Thiago Rodovalho dos Santos**, com ausência previamente justificada por compromissos profissionais do membro efetivo Dr. **Sergio Quintero**, todos eleitos em 22 de julho de 2019, de sua Presidente, Dra. **Maristela Abla Rossetti**, eleita em 17 de maio de 2019, da Diretora Tesoureira da OAB/SP, Dra. **Raquel Elita Alves Preto**, e também dos Sr. **Luis Carlos Polizelli**, Gerente de Contabilidade da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP).

Durante a reunião, os membros e a Presidente dessa Comissão foram comunicados sobre as competências e atribuições dessa Comissão, em conformidade com os artigos 94 a 97 do Regimento Interno da OAB/SP. Dentre tais atribuições, compete à Comissão emitir parecer sobre as demonstrações contábeis da CAASP relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano anterior. Dessa forma, nos foi solicitada a emissão de parecer sobre as Demonstrações Contábeis da CAASP encerradas em 31 de dezembro de 2018, para apresentação na 2.433ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual, a ser realizada em 19 de agosto de 2019.

Em 14 de agosto de 2019, foram circuladas, entre os membros da **Comissão Permanente de Orçamento e Contas**, cópias dos seguintes documentos para que todos tivessem acesso às informações necessárias às discussões concernentes ao presente trabalho (em conjunto, a “Documentação Contábil”):

- (i) Relatório do auditor independente BDO RCS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis ora sob análise (“Relatório BDO”); e
- (ii) Demonstrações Contábeis da CAASP, encerradas em 31 de dezembro de 2018, juntamente com as notas explicativas da administração (“Demonstrações Contábeis 2018”).

Diante do exíguo tempo para análise e processamento das informações disponibilizadas a essa Comissão, o que impossibilitou a discussão de tais informações diretamente com os auditores BDO RCS, os membros da Comissão Permanente de Orçamento e Contas deliberaram **PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018**, com base exclusivamente em análise das contas sintéticas apresentadas na Documentação Contábil, e ainda, levando em consideração as premissas e considerações a seguir:



- (i) Com base exclusivamente na Documentação Contábil, sem qualquer investigação ou análise de documentos ou informações adicionais de qualquer natureza, não identificamos variação relevante dos números apresentados entre o encerramento do exercício social de 2017 e o encerramento do exercício social de 2018, o que indica que os negócios foram conduzidos, durante o ano de 2018, de forma compatível com práticas passadas;
- (ii) Emissão de parecer favorável pela auditoria independente conforme Relatório BDO, ausente qualquer apontamento de irregularidades nas Demonstrações Contábeis 2018; e
- (iii) Encerramento do exercício de 2018 com superávit de R\$ 8.349.000,00.

Por fim, reiteramos a recomendação feita em parecer emitido em 10/08/2018 pelos então membros dessa Comissão, com relação às demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2017, quanto à necessidade de solução do mútuo existente entre OAB/SP e a Caixa de Assistência dos Advogados (CAASP), que vem impactando sobremaneira as demonstrações contábeis de ambas as Entidades, cujo valor contábil corresponde a R\$ 34.515.264,00 em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 16 de agosto de 2019

Comissão Permanente de Orçamento e Contas da OAB/SP

Maristela Abla Rossetti
Presidente

Diva Gonçalves Zitto M. de Oliveira
Membro Efetivo

Leandro Ricardo da Silva
Membro Efetivo

Liamara Borrelli Barros
Membro Efetivo

Renata Lorenzetti Garrido
Membro Efetivo

Sergio Quintero
Membro Efetivo

Thiago Rodvalho dos Santos
Membro Efetivo